

I PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA E CONTÁBIL DO TCE/AM

CADERNO DE PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

DIREITO

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. Este CADERNO DE PROVAS é composto por: 30 (trinta) QUESTÕES OBJETIVAS de múltipla escolha, sendo 05 (cinco) de Língua Portuguesa, 05 (cinco) sobre Lei Orgânica e Regimento Interno do TCE/AM e 20 (vinte) da Área de Conhecimentos Específicos; 05 (cinco) QUESTÕES DISCURSIVAS; Folhas de RASCUNHO; e FOLHAS DE RESPOSTAS da Prova Discursiva.
2. Mantenha a integridade do CADERNO DE PROVAS e não destaque nenhuma de suas folhas.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no CADERNO DE PROVAS, se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal a troca do caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
4. Após 30 minutos do início da prova, o fiscal iniciará a entrega do CARTÃO DE RESPOSTAS personalizado para as questões da Prova Objetiva.
5. A totalidade da Prova terá a duração de **4h (quatro horas)**, incluindo o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS da Prova Objetiva e das FOLHAS DE RESPOSTAS da Prova Discursiva. Portanto, controle seu tempo, observando a informação indicada pelo fiscal da sala no quadro branco.
6. Iniciada a Prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida **1:00h (uma hora)** de prova.
7. Caso seja necessária a utilização do sanitário, solicite permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido à revista com detector de metais.
8. Ao terminar a prova, você deverá, obrigatoriamente, DEVOLVER o CADERNO DE PROVAS e o CARTÃO DE RESPOSTAS ao fiscal, bem como ASSINAR A LISTA DE FREQUÊNCIA. Para tanto, sinalize previamente com a mão e aguarde a autorização do fiscal.
9. Após, retire-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não devendo permanecer nas dependências deste nem utilizar os sanitários.

10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala para que todos assinem a Ata, atestando a idoneidade da finalização da prova.
11. Use as Folhas de Rascunho, se assim desejar, para fazer os esboços de suas respostas. Entretanto, o CARTÃO DE RESPOSTAS e as FOLHAS DE RESPOSTAS serão os únicos documentos válidos para correção.

Orientações específicas quanto à Prova Objetiva:

1. É de sua inteira responsabilidade certificar-se de que seu nome corresponde ao que está impresso no CARTÃO DE RESPOSTAS.
2. Ao receber o CARTÃO DE RESPOSTAS, assine-o e transcreva o número de sua inscrição no CADERNO DE PROVAS.
3. Não rasure, não amasse, não dobre e/ou rasgue o CARTÃO DE RESPOSTAS.
4. Transcreva as respostas da Prova Objetiva para o CARTÃO DE RESPOSTAS preenchendo todo o círculo, utilizando caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta indelével, na cor preta.
Assinale assim: ●
5. Após o preenchimento não será possível fazer qualquer alteração no CARTÃO DE RESPOSTAS, pois, se assim o fizer, a questão será considerada nula.
6. NÃO dispomos de CARTÃO DE RESPOSTAS para substituir em caso de erro ou qualquer outro motivo. Portanto, ATENÇÃO ao preenchê-lo.

Orientações específicas quanto à Prova Discursiva:

1. As FOLHAS DE RESPOSTAS não poderão ser assinadas ou rubricadas, nem conter qualquer tipo de marcas ou sinais de sua identificação.
2. Use as FOLHAS DE RESPOSTAS para desenvolver sua Prova Discursiva, utilizando caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta indelével, na cor preta.
3. Em hipótese alguma haverá substituição das FOLHAS DE RESPOSTAS por erro do candidato ou qualquer outro motivo. Portanto, ATENÇÃO ao preenchê-las.

Boa Prova!

Nº de
Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nome do Candidato: _____

PROVA OBJETIVA
BLOCO COMUM – LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: Para responder as questões de números 1 a 2, considere o texto abaixo:

O Tribunal na atualidade

Nos termos dos artigos 70, 71 e 75 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), o controle externo deve consistir da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal, e está a cargo do Congresso Nacional, que o exerce com o *auxílio* do Tribunal de Contas da União – TCU. Ao controle externo compete lidar com questões de diversas instâncias, como as constantes mudanças ambientais, a evolução tecnológica, o ritmo acelerado da produção de informação, a complexidade do Estado e suas relações com a sociedade e, simultaneamente, com os anseios da população pela qualidade da administração pública.

As normas constitucionais estabelecidas para o Tribunal de Contas da União aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, nos termos do art. 75 da Constituição Federal.

O controle externo visa a comprovar a probidade da Administração e a regularidade da guarda e do emprego dos bens, valores e dinheiros públicos, assim como a fiel execução do orçamento. Esse controle é, por excelência, um controle político de legalidade contábil e financeira. É importante ressaltar que a CF/88 instituiu, pelo artigo 74, que “qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma de lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União”. Dessa forma, a cidadania é fortalecida pela carta constitucional, consolidando um pacto entre o Estado e a sociedade civil.

Os dois instrumentos de atuação do TCU, que o auxiliam na garantia de suas competências constitucionais e legais, são o trabalho de fiscalização e o exame de contas. A função fiscalizadora do Tribunal é exercida quando este, no uso de suas competências constitucionais, fiscaliza a atividade dos administradores públicos. O Regimento Interno da Corte de Contas estipula as seguintes formas de fiscalização: levantamento, auditoria, inspeção, monitoramento e acompanhamento.

Com esses instrumentos, os tribunais de contas dispõem de fontes regulares de informação sobre órgãos, entidades, programas e políticas governamentais, além de fornecer informações acerca de práticas e técnicas adotadas no desvio ou roubo de recursos públicos. Por sua força constitucional e legal, aos tribunais de contas são disponibilizadas, de forma irrestrita, quaisquer informações sobre a gestão das questões públicas e o próprio Tribunal de Contas define a forma e a periodicidade de encaminhamento das informações. (Disponível: https://portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/tcu-e-as-constituicoes.htm#:~:text=No%20entanto%2C%20o%20teor%20da,%E2%80%93%20Executivo%2C%20Legislativo%20ou%20Judici%C3%A1rio.)). Texto adaptado.

1. Levando em consideração as afirmações do texto apresentado, é correto afirmar que:

- a) As competências do controle externo abrangem questões de diversas instâncias, como as constantes mudanças ambientais, a evolução tecnológica, o ritmo acelerado da produção de informação, contratos entre particulares, a complexidade do Estado e suas relações com a sociedade e, simultaneamente, com os anseios da população pela qualidade da administração pública.
- b) A função fiscalizadora dos tribunais de contas também é exercida no âmbito das atividades dos administradores privados.
- c) A fiel execução do orçamento público, a regularidade da guarda e do emprego dos bens, de valores e dinheiros públicos são objeto do controle do Tribunal de Contas da União e dos tribunais de contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais de Contas dos Municípios.
- d) O encaminhamento de informações aos tribunais de contas acerca da gestão das questões públicas será realizado de forma restrita.

2. De acordo com o texto “O Tribunal na Atualidade”, é correta a seguinte afirmação:

- a) Com a participação do cidadão perante os tribunais de contas, a carta constitucional consolidou um pacto entre o Estado e a sociedade civil e fortaleceu a cidadania.
- b) O controle interno consiste na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, social, operacional e patrimonial da administração pública federal.

- c) A atividade dos administradores públicos e da iniciativa privada é objeto de fiscalização por parte dos tribunais de contas.
- d) A periodicidade e a forma de encaminhamento de informações solicitadas pelos tribunais de contas são definidas pela sociedade civil.

3. Assinale o item que completa corretamente a frase:

Se o senhor a..... na fábrica,-lhe que com prudência.

- a. () ver – disse – aja
- b. () ver – diga – aja
- c. () vir – disse – haja
- d. () vir – diga – aja

4. Assinale a opção que indica a relação correta referente à classificação das orações subordinadas adverbiais, de cima para baixo:

- () Minha mão tremia tanto que mal podia escrever.
- () Envelheçamos como as árvores fortes envelhecem.
- () Joel acompanhou a irmã, embora estivesse cansado.
- () Por que não veio ontem, como me tinha dito?

(1) comparativa

(2) consecutiva

(3) conformativa

(4) concessiva

- a) concessiva – consecutiva – conformativa – comparativa.
- b) consecutiva – concessiva – comparativa – conformativa.
- c) consecutiva – comparativa – concessiva - conformativa.
- d) comparativa – concessiva – conformativa – consecutiva.

5. Marque a série em que ambos os vocábulos são formados com o prefixo *in* – significando negação/privação:

- a) ilegal / introduzir
- b) inativo / irreal

- c) Impor / ininterrupto
- d) Imigrar / imoral

LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO

6. A jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE/AM alcança, exceto:

- a) Os que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao patrimônio do Estado ou de Município;
- b) Os responsáveis pela aplicação de qualquer recurso repassado pelo Estado ou Município mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- c) Os administradores de entidades de Direito Privado que recebam auxílio ou subvenção dos cofres públicos, com referência aos recursos recebidos, para prestação de serviços de interesse público ou social.
- d) Entidades classificadas como organizações sociais, independente da origem dos recursos, sejam privados ou públicos.

7. É de competência comum do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, exceto:

- a) Deliberar sobre consulta e instrução normativa sobre matéria da competência do Tribunal.
- b) Aprovar e retificar as atas de suas reuniões.
- c) Censurar os seus servidores subordinados, nos casos de sua competência.
- d) Mandar riscar as expressões caluniosas ou injuriosas contidas em atos e papéis submetidos à sua apreciação.

8. Acerca dos processos no Tribunal de Contas do Amazonas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Se há mais de um interessado ou agente responsável nos autos, os prazos são concedidos individualmente, salvo se são representados pelo mesmo procurador.

- b) É imprescindível, para o exercício do direito de defesa perante o Tribunal, a representação por meio de advogado legalmente habilitado e regularmente constituído.
- c) Qualquer interessado pode requerer vista dos processos findos ou em andamento no Tribunal, desde que dentro da repartição interna em que esteja tramitando.
- d) Não se concederá vista de autos de processo incluído na pauta de julgamento nem em fase de inspeção.

9. Acerca das espécies de recursos no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, assinale a alternativa correta:

- a) O recurso ordinário será interposto no prazo de 10 dias.
- b) Não há previsão na Lei Orgânica do TCE/AM de embargos de declaração.
- c) A Lei Orgânica do TCE/AM trata o pedido de reconsideração enquanto recurso.
- d) A manifestação do Ministério Público é dispensável quando este não for recorrente.

10. Assinale a alternativa que corretamente complementa a frase abaixo:

“Os recursos no TCE/AM dispõem de efeito devolutivo e suspensivo, exceto o de (_____), que só será recebido no efeito devolutivo.”

- a) Revisão
- b) Agravo
- c) Recurso Ordinário
- d) Embargos de Declaração

BLOCO ESPECÍFICO – RESIDÊNCIA JURÍDICA
DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Analise as assertivas abaixo e indique quantas delas estão corretas.

I – o filho de brasileiros residentes na França a serviço do Estado Italiano poderá ser considerado brasileiro nato;

II - o filho de brasileiros residentes no Paraguai a serviço da Embaixada Brasileira naquele país é considerado brasileiro nato;

III – o filho de italianos residentes no Brasil, à serviço do Governo Australiano, não será considerado brasileiro nato;

IV – os filhos de portugueses residentes no Brasil serão considerados brasileiros se houver reciprocidade em relação aos filhos de brasileiros residentes em Portugal;

V – O português residente há mais de um ano no Brasil, desde que tenha idoneidade moral, poderá requerer a nacionalidade brasileira.

Estão corretas:

- a) 1 assertiva;
- b) 3 assertivas;
- c) Todas as assertivas;
- d) Nenhuma assertiva.

12. Considerando o art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- a) O referido dispositivo constitucional possui setenta e oito incisos, em que são deferidos, dentre outros direitos, o direito à herança, de petição e a razoável duração do processo administrativo ou judicial;
- b) O referido dispositivo constitucional possui setenta e oito incisos, em que são deferidos, dentre outros direitos, o direito de violabilidade da privacidade, à herança, à indenização por dano moral e à imagem;
- c) O referido dispositivo constitucional possui setenta e nove incisos, em que são deferidos, dentre outros direitos, o direito à herança, à petição e à razoável duração do processo administrativo ou judicial;
- d) O referido dispositivo constitucional possui setenta e nove incisos, em que são deferidos, dentre outros direitos, o direito da hora extra superior em 50% ao valor da hora normal de trabalho e a inviolabilidade das comunicações telefônicas e telemáticas.

13. A lei regulará a individualização da pena e adotará as seguintes modalidades, exceto:

- a) Privação ou restrição de liberdade;
- b) Perda de bens;

- c) Suspensão ou interdição de direitos;
- d) Banimento.

14. Considerando as normas de administração pública contidas na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento;
- b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- c) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários e se tratar de dois cargos de professor, um cargo de professor e outro técnico ou científico ou, ainda, de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;
- d) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros.

15. Os ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

- a) 1/3 pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal.
- b) 2/3 pelo Senado Federal.
- c) 1/3 pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal.
- d) 2/3 pela Câmara dos Deputados.

16. Com relação à classificação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de uma constituição costumeira;
- b) Trata-se de uma constituição analítica;
- c) Trata-se de uma constituição outorgada;
- d) Trata-se de uma constituição sintética.

DIREITO ADMINISTRATIVO

17. O Direito Administrativo possui princípios de alcance geral, por exemplo, os tão enunciados princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência dispostos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil. Para além destes, existem princípios específicos para determinados tipos normativos, a exemplo dos princípios que regem o processo administrativo, as licitações públicas, os serviços públicos, a organização administrativa, etc. Sobre os princípios do Direito Administrativo, assinale o item incorreto:

a) A Constituição Federal aborda o princípio da legalidade em diversos momentos, a exemplo do art. 5º, II, ao estabelecer que: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, no caput do art. 37, que dispõe que a legalidade é um dos princípios vetores da Administração Pública, ao fundamentar o controle externo das contas públicas no art. 70, entre outros casos.

b) O princípio da eficiência está fortemente atrelado à utilização dos recursos públicos e ao alcance da finalidade pública, balizando-se, como exemplo, em critérios de produtividade, economicidade e eficácia. Guarda correlação com o dever de boa administração e com a persecução do bem comum, estando no texto constitucional desde sua redação originária.

c) Na Constituição Federal de 1988, a impessoalidade materializa-se em diversos dispositivos: como princípio vetor da Administração Pública (art. 37, caput), pela investidura de cargos públicos mediante concurso público (art. 37, II); na determinação que as contratações públicas se deem, via de regra, por licitação pública (art. 37, XXI); entre outros casos.

d) O princípio da moralidade alude à necessidade de juridicizar valores morais, buscando afastar subjetivismos no exercício da função pública. Como exemplo de sua aplicação, a Constituição Federal de 1988 estabelece, no art. 5º, LXXIII, a violação à moralidade administrativa como uma das causas que justificam o ajuizamento de ação popular.

18. Para atingir os fins a que se propõe e em virtude dos quais existe, o Estado desenvolve atividades múltiplas e ininterruptas, atuando por meio de seus agentes, os quais tomam decisões, expressas em atos que produzem efeitos jurídicos (por

exemplo: reconhecem direitos, modificam direitos, extinguem direitos). Sobre os atos administrativos e seus elementos, assinale o item correto:

a) O objeto há de ser lícito, isto é, o resultado pretendido deve ser aceito pelo ordenamento, porque pautado na lei; moral, isto é, conforme princípios éticos e todas as regras de conduta extraídas da disciplina geral da Administração; possível, ou seja, referente a algo realizável de fato e de direito; além de certo.

b) Nenhum ato administrativo pode ser editado validamente sem que o agente disponha de poder legal para tanto. A competência resulta explícita ou implicitamente da norma e é por ela delimitada. Desta forma, dentro dos contornos legais, o agente competente poderá transferir atribuições a outros agentes (delegação de competência), sendo-lhe vedado, contudo, chamar a si atribuições de outros agentes (avocação).

c) Em sentido amplo, forma significa exteriorização da vontade ou exteriorização da decisão, para o fim de produzir efeitos no âmbito do direito. Na formação do ato administrativo a exteriorização reveste-se de grande importância, tendo em vista o fim de interesse público a que visa, daí decorrendo a necessidade de ser conhecido por outros órgãos da Administração e pelos órgãos de controle, não havendo, contudo, o dever de informação ao cidadão.

d) Conforme a teoria dos motivos determinantes, os motivos apresentados pelo agente como justificativas do ato associam-se à validade do ato, embora não vinculem o próprio agente. Isso significa, na prática, que a inexistência dos fatos, o enquadramento errado dos fatos aos preceitos legais, a inexistência da hipótese legal embasadora, por exemplo, afetam a validade do ato, ainda que não haja obrigatoriedade de motivar.

19. Os limites postos pelo ordenamento ao exercício do poder administrativo correspondem à exigência de garantir o vínculo do poder ao fim para o qual foi atribuído. Os Poderes Administrativos podem ser associados, pois, há prerrogativas, deveres, ônus, sujeições, entre outros. Nesse sentido, aponte o item incorreto:

a) Há poder vinculado, também denominado competência vinculada, quando a autoridade é, ante determinada circunstância, obrigada a tomar decisão determinada, pois sua conduta é ditada previamente pela norma jurídica. O ordenamento confere ao administrador um poder de decisão, mas predetermina as situações e condições, canalizando-o a uma só direção.

b) Em sua conotação atual, a discricionariedade significa uma condição de liberdade, mas não liberdade ilimitada. Só vai exercer-se com base na atribuição legal, explícita

ou implícita. Assim, o poder discricionário se sujeita não só às normas específicas para cada situação, mas a uma rede de princípios que asseguram a congruência da decisão ao fim de interesse geral e impedem seu uso abusivo.

c) O poder regulamentar destina-se a explicitar o teor das leis, preparando sua execução, completando-as, se for o caso. Do exercício do poder regulamentar resulta a expedição de regulamentos, veiculados por meio de decretos que podem, por exemplo, substituir a função legislativa formal (do Poder Legislativo), modificando ou ab-rogando leis formais.

d) Não deve ser confundido o poder disciplinar com o poder penal do Estado. Este é exercido pelo Poder Judiciário, regido pelo processo penal e visa, entre outros, à repressão de condutas qualificadas, na legislação penal, como crimes e contravenções. Já o poder disciplinar é regido pelo direito administrativo e visa à punição de condutas qualificadas em estatutos ou leis administrativas como infrações ou ilícitos.

20. A Administração Pública, direta ou indireta, sujeita-se a controles internos e externos. Interno é o controle exercido por órgãos da própria Administração. Externo é o efetuado por órgãos alheios à Administração. Sobre o Panorama do Controle da Administração Pública, assinale o item incorreto:

a) Consoante à própria Constituição Federal de 1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário deverão manter um sistema integrado de controle interno com a finalidade, entre outros, de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas e do orçamento, bem como de comprovar a legalidade e avaliar resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

b) De acordo com o inc. X do art. 49 da Constituição Federal de 1988, entre os atos de competência exclusiva do Congresso incluem-se os de “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta”.

c) É da alçada do Congresso Nacional a competência de julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo. Se ditas contas não forem apresentadas dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, o Senado Federal proceder-lhes-á à tomada.

d) Constituídas Comissões Parlamentares de Inquérito – criadas pela Câmara e pelo Senado, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de

seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo –, estas terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, e suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

21. Como qualquer outro sujeito de direitos, o Poder Público pode vir a se encontrar na situação de quem causou prejuízo a alguém, do que lhe resulta obrigação de recompor os agravos patrimoniais oriundos da ação ou abstenção lesiva. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale o item correto com fundamento na Constituição Federal e na jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal:

a) O posicionamento do STF é o de que o Estado responde subjetivamente na hipótese de o dano ter sido causado por notário ou registrador, pessoas naturais que desempenham, por sua conta e risco, uma função pública.

b) A teor do disposto no art. 37, §6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de Direito Privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

c) Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, exceto os morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

d) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento que serão sempre imprescritíveis.

DIREITO FINANCEIRO

22. O Direito Constitucional Financeiro cuida das receitas e despesas dos entes federativos e entidades estatais, dos meios de arrecadação, da disciplina

orçamentária, da fiscalização financeira e orçamentária, do controle do gasto público, da dívida e do endividamento, entre outros. Sobre as finanças públicas na Constituição da República de 1988 e sobre as normas gerais de Direito Financeiro, assinale o item incorreto:

- a) As finanças públicas terão sua regulamentação dispostas em Lei Complementar, podendo, contudo, a Lei Ordinária dispor sobre a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta.
- b) Sobre as normas gerais das finanças públicas, caberá à Lei complementar dispor sobre a sustentabilidade da dívida, especificando, entre outros, os indicadores de sua apuração e os níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.
- d) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

23. Entre o arcabouço jurídico do Estado há as regras de finanças, tendo no orçamento um reflexo das funções reais de intervenção no domínio econômico. Sobre as disposições constitucionais que regem a matéria de finanças e orçamentos, assinale o item correto:

- a) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, cabendo a lei que instituir o plano plurianual dispor, de forma regionalizada, sobre as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- c) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

d) Cabe a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, sendo prescindível o exercício dessa competência sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.

24. A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Sobre esta norma, assinale o item incorreto:

a) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

b) O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes constituirá item de receita orçamentária.

c) Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

d) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

25. Sobre as normas de Direito Financeiro estabelecidas na Constituição Federal, assinale o item correto:

a) Apesar de vedados o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, admite-se a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

b) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos seis meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

c) A lei não imporá nem transferirá qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público, inclusive despesas de pessoal e seus encargos, para a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, sem a previsão de fonte orçamentária e financeira necessária à realização da despesa ou sem a previsão da

correspondente transferência de recursos financeiros necessários ao seu custeio, ressalvadas tão somente aquelas decorrentes da fixação do salário mínimo.

d) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

26. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Dada essa disposição, assinale o item incorreto:

a) A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

b) Para o cumprimento dos limites de pessoal, durante o prazo fixado em lei complementar, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão, como providências, a redução em pelo menos trinta por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, e a exoneração dos servidores não estáveis.

c) Encontra consonância constitucional para atingimento dos limites de despesa com pessoal, a exoneração de servidor estável, sendo necessário, entre outros, que seja editado ato normativo motivado de cada um dos Poderes que especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

d) Caso servidor estável venha a perder o cargo para fins de atingimento dos limites de despesa com pessoal, fará ele jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

27. De acordo com os princípios do Direito Financeiro, assinale a alternativa que indica corretamente o princípio que estabelece a responsabilidade do Estado em evitar o endividamento excessivo e garantir a sustentabilidade fiscal:

a) Princípio da Capacidade Contributiva.

b) Princípio da Legalidade Tributária.

- c) Princípio da Responsabilidade Fiscal.
- d) Princípio da Transparência Orçamentária

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

28. Acerca do direito de acesso à informação, julgue as assertivas abaixo como falsas ou verdadeiras:

I – o acesso à informação compreende o direito de obter orientação sobre os procedimentos para consecução do acesso à informação pretendida;

II - o acesso à informação compreende o direito de obter acesso à informações relacionadas à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e contratos administrativos;

III – a lei de acesso à informação não garante a aposição de sigilo em relação às informações sensíveis à segurança do Estado;

IV - a lei de acesso à informação garante a aposição de sigilo em relação às informações sensíveis à segurança da sociedade.

Analisadas as assertivas, indique a resposta correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas;
- b) Nenhuma assertiva está correta;
- c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas;
- d) Todas as assertivas estão corretas.

29. Acerca da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a alternativa incorreta:

a) O tratamento de dados pessoais pode ser realizado ainda que ausente o consentimento do seu titular;

b) O tratamento de dados pessoais somente pode ser realizado com o consentimento do seu titular;

c) O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;

d) O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

30. A Lei nº 14.133, sancionada, promulgada e publicada no dia 1º de abril de 2021, teve sua origem no Congresso Nacional, especificamente, no Senado Federal, em maio de 2013 quando se deu a criação, pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 19, de 28/05/2013, da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos. Sobre essa norma indique o item correto:

a) Esta Lei aplica-se a compras, inclusive por encomenda, a locações, a concessões e permissões de uso de bens públicos, a prestações de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados, além de obras e serviços de arquitetura e engenharia e a contratações de tecnologia da informação e de comunicação, porém não se aplica à alienação e concessão de direito real de uso de bens;

b) Não se subordinam ao regime desta Lei os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos;

c) Não se aplicam às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que regula as microempresas e empresas de pequeno porte;

d) Entre os princípios a serem expressamente observados estão o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital e o do julgamento objetivo, não sendo expresso, contudo, o do desenvolvimento nacional sustentável.

PROVA DISCURSIVA

1. Sabe-se que o art. 24 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) estabeleceu a competência legislativa concorrente entre União, Estado e Distrito Federal em relação a diversos temas dentre os quais se destacam o direito financeiro, tributário, orçamento e procedimentos em matéria processual.

Levando isso em conta, responda as questões abaixo elencadas:

a) Pode-se dizer que existe certa hierarquia entre os entes federativos no que pertine ao exercício da competência legislativa concorrente, ou seja, é possível afirmar que a manifestação legislativa de um ente tem maior peso frente à manifestação legiferante de outro? Fundamente sua resposta.

b) A despeito da inexistência de citação expressa do ente municipal no caput do art. 24 da CRFB, é correto afirmar que os respectivos entes federativos não possuem competência legislativa? Fundamente sua resposta.

2. Levando em conta o disposto no art. 37, 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e o entendimento historicamente consolidado no Supremo Tribunal Federal a respeito da aplicação do instituto da prescrição aos atos praticados por gestores públicos e ao exercício da competência dos Tribunais de Contas, responda as questões abaixo elencadas?

a) É correto afirmar que o instituto da prescrição não recai sobre o exercício da competência do Tribunal de Contas na apreciação e julgamento das matérias que lhe são afeitas? Fundamente e Justifique sua resposta

b) Qual foi a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao disposto no art. 37, §5º da CRFB no que pertine à imprescritibilidade da pretensão ressarcitória do Estado em face de ato praticado por gestor público que tenha gerado dano ao erário?

3. A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) estabelece que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Sobre o exercício de cargo público responda corretamente, e de forma fundamentada, ao que se pede:

a) Quais os requisitos constitucionais para acumulação remunerada de cargos públicos? A proibição de acumular estende-se a empregos e funções de autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público?

b) Quais as implicações jurídicas constitucionais para o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional que venha a exercer o mandato eletivo de Vereador?

4. A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos, entre outros, os princípios de unidade, universalidade e anualidade. Com base na Lei nº 4.320/64, responda corretamente, e de forma fundamentada, ao que se pede:

a) Explique o que é o empenho da despesa pública, apresentando e definindo os tipos de empenho.

b) Explique no que consiste a liquidação da despesa pública, bem como o que ela objetiva apurar e qual sua relação com a ordem de pagamento.

5. Determinado órgão público pretende deflagrar processo licitatório com vista à aquisição de mobiliário para um determinado setor (mesas e cadeiras de escritório), com valor estimado de R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Em uma reunião interna de alinhamento para elaboração do edital, definiu-se que a licitação seguirá as regras da Lei n.º 14.133/2021. Na oportunidade, dois servidores do órgão licitante fizeram duas sugestões: (1) utilizar a modalidade diálogo competitivo, novidade trazida pela sobredita lei de licitações; (2) realizar a contratação direta, via dispensa de licitação, em função do valor do objeto.

Diante disso, na qualidade de assessor jurídico do órgão, se posicione, quanto à legalidade das aludidas sugestões, à luz da Lei n.º 14.133/21.

BRUNNEN

BRUNNEN

BRUNNEN

